



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**MINERAÇÃO DE OURO EM GANA. DESAFIOS ATUAIS E ENVOLVIMENTO DA CHINA
NA MINERAÇÃO ILLEGAL**

FLORENCIA BAIDEN

Foz do Iguaçu
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

**MINERAÇÃO DE OURO EM GANA. DESAFIOS ATUAIS E ENVOLVIMENTO DA CHINA
NA MINERAÇÃO ILLEGAL DE OURO**

FLORENCIA BAIDEN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latinoamericano de Economía,
Sociedade e Política da Universidade
Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo

Foz do Iguaçu
2024

FLORENCIA BAIDEN

**MINERAÇÃO DE OURO EM GANA:
DESAFIOS ATUAIS E ENVOLVIMENTO DA CHINA NA MINERAÇÃO ILLEGAL DE OURO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr Mamadou Alpha Diallo
UNILA

Prof. Marcelino T. Lisboa
UNILA

Prof. Micael Alvino da Silva
UNILA

Foz do Iguaçu, ___14___ de ___10___ de ___2024___.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar força, sabedoria e perseverança para concluir esta etapa tão importante da minha vida. Sem sua orientação e bênçãos, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus colegas, Jhonny, Sofia, Djenika que compartilharam comigo momentos de aprendizado, dúvidas e descobertas. A parceria e o apoio de vocês foram essenciais para que eu pudesse superar os desafios ao longo deste caminho.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Mamadou Alpha Diallo, pelo carinho, dedicação e tempo despendido comigo. A sua preocupação com o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal fez toda a diferença. Sou profundamente grato pela orientação e pelos valiosos ensinamentos que recebi.

Por fim, agradeço à minha família pelo amor, compreensão e suporte incondicional. Vocês sempre estiveram ao meu lado, me encorajando e acreditando no meu potencial, mesmo nos momentos mais difíceis. Este trabalho é, também, uma conquista de vocês.

“The future belongs to those who believe in the beauty of their dreams”

Eleanor Roosevelt

RESUMO

Este trabalho discute o papel significativo do Gana, anteriormente conhecido como Costa do Ouro, na indústria global de mineração de ouro, as consequências da mineração ilegal de ouro e o envolvimento da China nessas atividades ilícitas. Historicamente, Gana foi renomada por seus ricos depósitos de ouro, um legado que começou com práticas mineradoras indígenas e se intensificou com a exploração europeia durante o período colonial. Embora o ouro de Gana tenha contribuído substancialmente para a economia britânica e impulsionado o crescimento industrial, a exploração deixou um legado complexo de dependência econômica e degradação ambiental. Após a independência, a exploração dos recursos de ouro do Gana continuou por meio de empresas multinacionais, influenciada por políticas de ajustamento estrutural que favoreceram o investimento estrangeiro em detrimento dos benefícios locais. Nos últimos anos, a mineração ilegal de ouro, conhecida localmente como "galamsey", agravou os danos ambientais e os desafios socioeconômicos, com significativo envolvimento de cidadãos chineses. Este trabalho tem como objetivos principais: (1) avaliar as contribuições históricas e contemporâneas de Gana para a produção e exportação global de ouro, (2) analisar os impactos ambientais, econômicos e sociais da mineração ilegal de ouro em Gana, e (3) avaliar o envolvimento da China na extração ilegal de ouro

Palavras-chave: Mineração ilegal, Gana, galamsey, china

RESUMEN

Este trabajo explora el importante papel de Ghana, anteriormente conocida como Gold Coast, en la industria minera mundial de oro, las consecuencias de la minería ilegal de oro y la participación de China en estas actividades ilícitas. Históricamente, Ghana ha sido famosa por sus ricos depósitos de oro, un legado que comenzó con las prácticas mineras indígenas y se intensificó con la exploración europea durante el período colonial. Aunque el oro de Ghana contribuyó sustancialmente a la economía británica e impulsó el crecimiento industrial, la exploración dejó un legado complejo de dependencia económica y degradación ambiental. Después de la independencia, la explotación de los recursos auríferos de Ghana continuó a través de empresas multinacionales, influenciadas por políticas de ajuste estructural que favorecían la inversión extranjera sobre los beneficios locales. En los últimos años, la minería ilegal de oro, conocida localmente como "galamsey", ha empeorado los daños ambientales y los desafíos socioeconómicos, con una importante implicación de los ciudadanos chinos. Esta tesis tiene objetivos principales: (1) evaluar las contribuciones históricas y contemporáneas de Ghana a la producción y exportación mundial de oro, (2) analizar los impactos ambientales, económicos y sociales de la minería ilegal de oro en Ghana, y (3) evaluar la participación de China en la extracción ilegal de oro.

Palabras clave: minería ilegal de oro; china; gana; oro.

ABSTRACT

This work explores the significant role of Ghana, formerly known as the Gold Coast, in the global gold mining industry, the consequences of illegal gold mining, and China's involvement in these illicit activities. Historically, Ghana has been renowned for its rich gold deposits, a legacy that began with indigenous mining practices and intensified with European exploration during the colonial period. Although Ghana's gold contributed substantially to the British economy and drove industrial growth, exploration left a complex legacy of economic dependence and environmental degradation. After independence, the exploitation of Ghana's gold resources continued through multinational companies, influenced by structural adjustment policies that favored foreign investment over local benefits. In recent years, illegal gold mining, known locally as "galamsey", has worsened environmental damage and socio-economic challenges, with significant involvement of Chinese citizens. This thesis main objectives are: (1) evaluate Ghana's historical and contemporary contributions to global gold production and export, (2) analyze the environmental, economic, and social impacts of illegal gold mining in Ghana, and (3) assess China's involvement in illegal gold extraction.

. **Key words:** illegal gold mining; chinese; ghana; gold.

SUMÁRIO

Sumário

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	11
1.1. GANA ANTES DO SÉCULO XV.....	11
1.2. GANA DURANTE O PERÍODO COLONIAL (1821 - 1957).....	13
1.3. APÓS INDEPENDÊNCIA.....	15
2. IMPACTOS DA MINERAÇÃO ILLEGAL DE OURO NO GANA	19
2.1. IMPACTOS AMBIENTAIS DE MINERAÇÃO ILLEGAL.....	20
2.2. IMPACTOS ECONÔMICOS DE MINERAÇÃO ILLEGAL.....	21
2.3. IMPACTOS SOCIAIS DE MINERAÇÃO ILLEGAL DE OURO.....	23
2.4. ENVOLVIMENTO DOS CHINESES NA MINERAÇÃO ILLEGAL.....	25
2.4.1. RELAÇÃO DIPLOMÁTICA ENTRE CHINA E GANA.....	25
2.4.2. ENVOLVIMENTO DE ESTRANGEIROS EM GERAL.....	26
2.4.3. CHINESES NA MINERAÇÃO ILLEGAL.....	27
CONCLUSÃO	31
Bibliografia.....	32

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a exploração ilegal de ouro e suas consequências em Gana, país localizado na costa Oeste africana, região conhecida como Costa do ouro. Devido a abundância do metal precioso na região, que mais tarde constitui-se como um dos elementos que atraiu a colonização europeia na região. Considerada “teoricamente” como uma fonte de riqueza, a presença do ouro no continente africano em geral e na costa ocidental em particular têm sido fontes de problemas diversos desde cedo. Na contemporaneidade a sua exploração legal e ilegal tem aumentado e diversificado os problemas. Por isso o objetivo geral deste trabalho é analisar os impactos econômicas, sociais e ambientais. da exploração ilegal do ouro em Gana. Neste sentido, parte-se da hipótese de que se a exploração ilegal de ouro é problemática em qualquer parte do mundo, em Gana, ela tem sido dramática devido principalmente ao envolvimento dos chineses neste mercado. A metodologia do trabalho se baseia principalmente na discussão bibliográfica, análise da literatura existente sobre os impactos ambientais e económicos da mineração ilegal, incluindo relatórios de organizações governamentais e não governamentais e estudos académicos. E, por último, análise de artigos, relatórios e estudos de caso que documentam o envolvimento de cidadãos chineses em atividades ilegais de mineração de ouro no Gana.

Como natural do Gana, tenho todo o interesse em compreender e abordar as questões que afetam o meu país natal. A mineração ilegal de ouro conhecida em Gana como *galamsey*, é um dos problemas mais urgentes, com impacto ambiental, económica e social em Gana. Este tema permite-me contribuir para encontrar soluções sustentáveis e aumentar a sensibilização para um problema crítico que afeta o meu país. Em termos de contribuições científicas, este estudo oferece uma visão sobre os efeitos socioeconômicos nas comunidades locais, contribuindo para a sociologia e a antropologia. A análise dos custos e benefícios económicos da mineração ilegal informa estudos de desenvolvimento económico, propondo modelos económicos sustentáveis. Além disso, o estudo examina os desafios regulatórios e sugere recomendações políticas, contribuindo para a ciência regulatória.

Este trabalho de conclusão de curso está estruturado em três capítulos:

O primeiro capítulo traz uma contextualização histórica, a fim de facilitar a compreensão das raízes do problema da mineração de ouro e suas implicações subsequentes.

O segundo capítulo aborda os impactos sociais, ambientais e económicas decorrentes da mineração ilegal de ouro em Gana, destacando os desafios enfrentados pelo país, além de examinar o

envolvimento de chinesas nas atividades ilícitas de mineração, explorando as dinâmicas e impactos associados.

A mineração ilegal de ouro levou a uma degradação ambiental significativa em Gana. O desmatamento, a erosão do solo e a poluição da água causados por essas atividades são alarmantes. Rios estão contaminados com produtos químicos tóxicos como o mercúrio, o que representa graves riscos à saúde das comunidades locais. Como alguém que valoriza a conservação ambiental, estou motivado para explorar e destacar os impactos ecológicos da mineração ilegal e defender medidas mais rigorosas de proteção ambiental. O potencial económico da mineração de ouro é imenso, mas as atividades de mineração ilegal prejudicam esse potencial, reduzindo as receitas do Estado, promovendo fluxos financeiros ilícitos e fomentando a corrupção (HILSON 2002).

Os desafios económicos da mineração ilegal de ouro contribuem para questões sociais mais amplas, como a pobreza, a desigualdade e a falta de oportunidades para as comunidades locais. Ao estudar este tema, pretende-se compreender o contexto histórico da mineração de ouro no Gana, incluindo o seu legado colonial, fornece informações valiosas sobre os atuais desafios e dinâmicas do sector. Por fim, este trabalho explora o envolvimento de cidadãos chineses em atividades mineiras ilícitas no Gana, destacando o impacto deste envolvimento chinês no agravamento da situação.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo tem como objetivo fazer uma contextualização histórica e geográfica para melhor situar o leitor. A primeira parte versa sobre o país antes do século XV, ou seja, antes da chegada dos europeus a região. A segunda parte traz informações relativas ao período que vai do século XV ao século XX, que corresponde ao período do comércio triangular (Europa-África e as Américas) também conhecido como o período da escravidão atlântica que antecedeu a dominação, ocupação e colonização europeia da região. A terceira e última parte do capítulo traz informações relativas ao Gana pós-independência.

1.1. GANA ANTES DO SÉCULO XV

O antigo Império de Gana, também conhecido como Wagadou, floresceu entre os séculos VI e XIII. O império controlava diversas minas de ouro e rotas comerciais, o que contribuiu significativamente para a sua riqueza e poder. O ouro do Império de Gana era muito procurado e comercializado através do Deserto do Saara até o Norte da África, chegando até o Mediterrâneo. Este comércio de ouro desempenhou um papel crucial na economia do Império do Gana, promovendo ligações com várias regiões. Os mineiros artesanais trabalhavam em pequenos grupos para coletar ouro nos leitos dos rios subterrâneos. O ouro extraído era purificado e frequentemente moldado em pesos padronizados para facilitar o comércio. O povo Akan, por exemplo, usava pesos feitos de latão ou outros materiais para medir o pó de ouro. No Império do Gana, o ouro era frequentemente transferido das regiões mineiras para centros comerciais no Norte, onde era trocado com mercadores árabes. Grandes caravanas de camelos transportavam ouro através do deserto do Saara para os mercados do Norte de África. Estas caravanas eram bem-organizadas e podiam incluir centenas de camelos, cada um transportando mercadorias valiosas. No Norte de África, o ouro era trocado por sal, têxteis e outros bens. Estas mercadorias eram então transportadas de volta para a África Ocidental, criando um fluxo contínuo de comércio e riqueza (MANNING, 2009).

O Império do Gana controlava estrategicamente as rotas comerciais que facilitam o movimento do ouro das regiões mineiras para os centros comerciais. Comerciantes árabes e berberes estabeleceram rotas comerciais transaarianas que ligavam a África Ocidental ao Norte de África e ao Médio Oriente. As rotas ligavam as áreas produtoras de ouro na África Ocidental aos mercados do Norte de África. Estas rotas eram utilizadas por comerciantes berberes e árabes que atravessavam o deserto do Saara com caravanas de camelos carregados de mercadorias. Este controle permitiu ao império impor impostos aos comerciantes, gerando receitas substanciais. O ouro de regiões como o Gana (parte de impérios maiores como o Império do Gana na época) foi transportado através do Sahara para o Mediterrâneo e para além dele. Este comércio foi bem documentado por geógrafos e historiadores árabes como Al-Bakri e Al-Idrisi (LEVTZION 1973).

Os europeus aprenderam sobre a riqueza destas regiões através das suas interações com os comerciantes do Norte de África. Eles tiveram acesso a vários relatos sobre as riquezas da região. Textos clássicos de autores gregos e romanos, como Heródoto e Plínio, o Velho mencionaram a riqueza em ouro da África Subsaariana. Geógrafos e historiadores islâmicos, como Al-Bakri e Al-Idrisi, forneceram descrições detalhadas da riqueza dos reinos da África Ocidental. As suas obras, que incluíam menções aos vastos recursos de ouro, foram traduzidas para o latim e tornaram-se acessíveis aos estudiosos europeus. Al-Bakri, em particular, escreveu extensivamente sobre o comércio de ouro do Império de Gana em seu "Livro de Rotas e Reinos" (Al-Bakri, 1913).

Segundo Costa (2009), Al-Bakri, um geógrafo e historiador árabe do século 11, fornece um dos relatos contemporâneos mais abrangentes do Império de Gana em sua obra "Kitab al-Masalik wal-Mamalik " (Livro de Rotas e Reinos **1068**). Suas descrições detalhadas oferecem informações valiosas sobre a riqueza, as práticas comerciais e a estrutura social do Império de Gana, que floresceu durante o período medieval na África Ocidental. Os relatos de Al-Bakri destacam a imensa riqueza do Império de Gana, derivada principalmente do seu controle sobre o comércio de ouro. De acordo com Al-Bakri (**1068**), o rei de Gana (muitas vezes referido como Gana ou Kaya Maghan) era fabulosamente rico, possuindo grandes quantidades de ouro. Ele descreveu a corte do rei como sendo adornada com ouro, incluindo espadas, escudos e escudos folheados a ouro. e outros objetos cerimoniais, indicando tanto a opulência quanto a importância do ouro no império, detalhou a extensa rede de rotas comerciais transaarianas que ligavam o Império de Gana ao Norte da África e ao Mediterrâneo. Estas rotas foram fundamentais para o movimento do ouro das minas no Sul para os mercados no Norte. As caravanas que percorriam essas rotas eram descritas como grandes e bem-organizadas, capazes de transportar quantidades significativas de mercadorias, incluindo ouro, sal, têxteis e outras mercadorias valiosas (Al-Bakri, 1068).

Uma das práticas comerciais únicas descritas por Al-Bakri foi o "comércio silencioso" ou "troca mudo" ("silent trade"). Este método permitiu o comércio sem interação direta entre os comerciantes, o que foi particularmente útil para superar as barreiras linguísticas e garantir a confiança. Neste sistema, os comerciantes deixavam os seus produtos, como sal ou outros artigos, num local pré-determinado. Os comerciantes locais inspecionavam então as mercadorias e deixavam uma quantidade de ouro em pó que consideravam equivalente em valor. Este processo minimiza o risco de conflito e garante transações justas. Al-Bakri descreveu a estrutura administrativa do Império de Gana, observando a divisão de poder entre o rei e seus oficiais. O rei exercia autoridade significativa, apoiado por um conselho de conselheiros e vários administradores que administravam diferentes aspectos do império, incluindo comércio, militares e assuntos jurídicos. A capital do império, que Al-Bakri identificou como Kumbi Saleh, era uma metrópole movimentada com seções distintas para o palácio real, edifícios administrativos e mercados. Esta

separação refletia a natureza organizada e hierárquica da sociedade ganesa (Al-Bakri, 1913). Após o declínio do Império do Gana, devido a uma combinação de fatores, incluindo invasões externas e instabilidade política interna, o Império do Mali ganhou destaque no século XIII. O Império do Mali, sob a liderança de governantes como Sundiata Keita entre 1235 a 1255 e Mansa Musa em 1312 a 1337, continuou e expandiu o comércio de ouro estabelecido pelo Império de Gana (LEVTZION & HOPKINS 1981).

Com a ascensão do Império do Mali, que continuou a tradição comercial do Gana, essa herança de comércio sofisticado e autossuficiência não só moldou o futuro da África Ocidental, mas também influenciou as interações com as potências europeias que emergiram nos séculos seguintes. Este legado de comércio sofisticado e autossuficiência do Império de Gana lançou as bases para as futuras dinastias da África Ocidental e influenciou as interações com as potências europeias que viriam a seguir. No século 15, os europeus aprenderam sobre os recursos de ouro na África Ocidental através das suas interações com comerciantes árabes e através dos seus próprios esforços de exploração, ficaram motivados a estabelecer rotas comerciais diretas e mais tarde a colonizar estas regiões para obter controlo sobre o lucrativo comércio de ouro. Este contacto começou a ter um impacto significativo nas economias e sociedades da África Ocidental a partir do século XV (KLEIN 1986). Isto também mostra que antes de qualquer contacto europeu, o Gana era altamente capaz de gerir os seus próprios assuntos e recursos de ouro. Foi um império rico e próspero que prosperou significativamente até a chegada dos europeus.

1.2. GANA DURANTE O PERÍODO COLONIAL (1821 - 1957)

Gana, durante a era colonial, era conhecida como Costa do Ouro, devido aos seus ricos depósitos de ouro. O nome "Gold Coast" refletia a abundância de ouro da área, seu extenso comércio de ouro e sua importância nas rotas comerciais da época. Como já foi dito anteriormente, ouro sempre foi um recurso importante no Gana, sendo um dos principais contribuintes para a economia através de meios legais e ilegais ao longo dos séculos. A mineração ilegal de ouro em Gana, refere-se às atividades de mineração não autorizadas, não regulamentadas e muitas vezes ambientalmente destrutivas conduzidas por indivíduos ou pequenos grupos. Esta forma de mineração é sancionada quando descoberta pelo governo, mas como envolve crime organizado, é difícil e complexo e normalmente ocorre fora dos quadros legais e regulamentares estabelecidos para as operações formais de mineração. Durante o período colonial, Gana tornou-se um ponto focal para as potências europeias devido aos seus abundantes recursos de ouro. Os portugueses que vieram para Gana no século XV encontraram tanto ouro entre os rios Ankobra e Volta que deram ao local o nome de "Mina". Eles adquiriram escravos e ouro em troca de produtos europeus, como

facas de metal, espelhos, rum e armas (IRWIN 1971, p 330-331). O interesse inicial português no comércio de ouro aumentou tanto que em 1482 os portugueses construíram o seu primeiro entreposto comercial permanente na costa ocidental do atual Gana. Esta fortaleza, o Castelo de Elmina, com “El-mina ” ou seja “a mina”, foi construída como um entreposto comercial fortificado para proteger o comércio português dos concorrentes europeus e dos africanos hostis, esse castelo está ainda de pé.

As notícias do sucesso das negociações se espalharam rapidamente, e comerciantes britânicos, holandeses, dinamarqueses, prussianos e suecos também chegaram (SUTTON 2015, pp 445-459). Ao longo dos séculos, o controle da Costa do Ouro mudou entre várias potências europeias, quando os britânicos a estabelecerem o domínio e a declararem a Costa do Ouro uma colônia britânica em 1821. A exploração dos recursos do Gana intensificou-se significativamente durante o período colonial britânico.

Esta era a transformação da mineração de ouro numa indústria altamente organizada e lucrativa, beneficiando em grande parte os interesses econômicos britânicos. Ao estabelecer o controle sobre a Costa do Ouro no final do século XVII, a administração colonial britânica implementou políticas que facilitaram a extração dos recursos de ouro do Gana. Concederam concessões mineiras a empresas britânicas, permitindo-lhes realizar operações mineiras em grande escala utilizando tecnologias e infraestruturas modernas (DUMET, 1998, p 153-159). Empresas notáveis incluíam a Corporação Ashanti Goldfields, fundada em 1897, que se tornou uma das empresas de mineração de ouro mais importantes do mundo. A mineração de ouro tornou-se uma importante fonte de receita para o governo colonial britânico.

Os britânicos dependiam fortemente da mão de obra local para suas operações. Os povos indígenas foram frequentemente coagidos a trabalhar em condições desumanas. A administração colonial britânica impõe impostos forçados, obrigando as populações locais a trabalharem nas minas. A receita da mineração de ouro contribuiu significativamente para a economia britânica, financiando atividades industriais na Grã-Bretanha (DUMETT 1998, p 160-165). O ouro extraído da Costa do Ouro foi enviado para a Grã-Bretanha, contribuindo para a acumulação de riqueza deles (AKABZAA 2000, p 37-40). Esta riqueza foi investida numa maior industrialização e na expansão do Império Britânico e permitiu à Grã-Bretanha diversificar a sua economia (HILSON 2002, p 58-62). Porém, a exploração intensiva do ouro teve impactos profundos no tecido socioeconómico da Costa do Ouro. Embora tenha levado ao desenvolvimento de infraestruturas e a algum crescimento económico, os benefícios foram distribuídos de forma desigual, favorecendo os britânicos. (DUMETT 1998). As comunidades locais, entretanto, enfrentaram os efeitos da degradação ambiental, deslocamento e perturbações socioeconômicas. Durante o período colonial, os britânicos focaram no desenvolvimento de infraestruturas que beneficiassem principalmente os seus interesses económicos, tais como caminhos-de-ferro e estradas que conduziam a portos para

exportação de recursos. Fato que vai influenciar e impactar no dito subdesenvolvido grande parte do país depois da independência (AUSTIN 2010)

1.3. APÓS INDEPENDÊNCIA

Gana foi o primeiro país da dita África Subsaariana ou África Negra a conquistar a independência em 1957, sobre a liderança de Kwame Nkrumah, que sonhava, como panafricanista, não somente, pela autonomia e pelo desenvolvimento do Gana, mas da toda a África. A realização deste sonho, dependia em parte do controle dos recursos materiais do continente principalmente o Ouro, que era explorado direta e indiretamente, legal e ilegalmente durante os períodos anteriores.

A exploração indireta do ouro continuou no Gana mesmo após a independência em 1957 devido a vários fatores interligados, incluindo políticas econômicas, domínio de empresas multinacionais do setor, falta de regulamentação adequada, legado infraestrutural e econômico do colonialismo, e instabilidade política. Além disso, identifica-se outros desafios no sector de mineração de ouro como falta de investimento e dívida externa (HILSON 2006). As políticas econômicas que contribuíram para a continuação da exploração indireta do ouro em Gana após a independência envolveram, principalmente, a adoção de estratégias neoliberais promovidas por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Durante os anos 1980 e 1990, Gana implementou programas de ajuste estrutural que priorizavam a liberalização econômica, a privatização de indústrias estatais e a abertura do mercado para o capital estrangeiro. Essas políticas facilitaram a entrada e o domínio de empresas multinacionais no setor de mineração, permitindo que elas se beneficiassem de concessões fiscais e outras isenções, em detrimento do controle governamental e da redistribuição equitativa dos lucros do ouro para o desenvolvimento nacional. Além disso, a ênfase na exportação de recursos naturais, incluindo o ouro, como uma estratégia para gerar divisas e pagar dívidas externas, levou a um enfoque desproporcional no setor de mineração, muitas vezes à custa do desenvolvimento de outros setores econômicos (Hilson, 2006).

Portanto, depois de conquistar a independência em 1957, o Gana, sob o presidente Kwame Nkrumah, embarcou em projetos de industrialização e modernização. Estas incluíram a construção da Barragem de *Akosombo* e o estabelecimento de numerosas empresas estatais. Contudo, estes projetos eram frequentemente financiados através de empréstimos, o que conduzia a elevados níveis de endividamento do país (KILLICK 2010). Na era colonial, a economia do país foi estruturada em torno de algumas exportações importantes, como o ouro e o cacau, criando uma mono-economia altamente vulnerável às flutuações dos preços do mercado. Esta falta de diversificação fez com que qualquer recessão nesses mercados pudesse ter graves repercussões na economia nacional (KILLICK 2010). Durante os períodos de preços baixos do ouro, as receitas

provenientes das exportações de ouro do Gana diminuiriam, impactando a economia em geral. Além disso, o país sofreu dezessete golpes de estado e períodos de instabilidade política, que perturbaram o planeamento e a implementação económica. As frequentes mudanças de governo levaram a políticas económicas inconsistentes, desestabilizando ainda mais a economia (MEREDITH 2005). No sector mineiro, após a independência, o governo do Gana faltava capital e tecnologia necessários para modernizar e expandir as operações de extração e comercialização do ouro. Embora a produção de ouro tenha continuado, não foi numa escala suficiente para impulsionar significativamente a economia. Na verdade, estes desafios pós independência foram partilhados e bastante comuns no continente entre as décadas de 1980 e 1990. Muitos países africanos, incluindo o Gana, enfrentavam graves crises económicas caracterizadas por elevados níveis de dívida, inflação e declínio do crescimento devido a imposição das políticas neoliberais. Em troca de “ajuda financeira”, estas instituições exigiram a implementação de Programas de Ajustamento Estrutural (PAE).

Os PAEs promoveram a liberalização da economia, o que incluiu a redução das barreiras comerciais, a desregulamentação das indústrias e a abertura da economia ao investimento estrangeiro. Para o sector mineiro do Gana, isto significou encorajar as empresas estrangeiras a investirem na mineração de ouro, criando um ambiente empresarial mais favorável a empresas multinacionais e investidores estrangeiros interessados na mineração de ouro. Os PAEs exigiram a privatização de empresas estatais para reduzir a carga sobre o governo e melhorar a eficiência. No Gana, isto levou à privatização de várias empresas mineiras estatais, que foram depois vendidas a investidores estrangeiros. Os PAEs exigiram cortes significativos nas despesas públicas para reduzir os déficits fiscais. Isto significou menos investimento em serviços públicos e infraestruturas, o que teve um impacto indireto no sector mineiro, ao reduzir a capacidade do governo para regular e apoiar práticas mineiras sustentáveis. Estas incluíram medidas para controlar a inflação e estabilizar a moeda, tais como o aumento das taxas de juro e a redução dos subsídios. Embora essas reformas visassem criar um ambiente macroeconómico estável, também tornaram imperativo que o país maximizasse as receitas provenientes dos seus recursos naturais, incluindo o ouro, muitas vezes dando prioridade aos ganhos de curto prazo em detrimento da sustentabilidade a longo prazo. Essas políticas de liberalização facilitaram o investimento das empresas multinacionais no setor mineiro e essas empresas trouxeram capital, tecnologia e experiência, aumentando significativamente a produção de ouro. Contudo, os termos destes investimentos eram muitas vezes altamente favoráveis às empresas, levando a uma repatriação substancial de lucros (CAMPBELL 2004). Estas políticas incluíram a liberalização do setor mineiro, o que abriu ainda mais a porta ao investimento estrangeiro, mas muitas vezes à custa de benefícios económicos e sociais locais. (HILSON 2005, p 53-57).

Para atrair investidores estrangeiros, o governo do Gana concedeu generosos incentivos

fiscais, incluindo isenções fiscais e redução de royalties. Embora estas medidas tenham atraído investimento estrangeiro, reduziram significativamente as receitas que o Estado poderia obter com os seus próprios recursos (CAMPBELL 2004, p 99-105). A degradação ambiental causada por extensas operações mineiras, como a desflorestação, a poluição da água e a erosão do solo, muitas vezes não foi compensada. As comunidades locais sofreram com os efeitos destes impactos negativos, com pouca ou nenhuma reparação por parte das empresas ou do governo (TSCHAKERT & SINGHA 2007, p 1304-1321). Como consequência destas políticas o país vivencia um aumento nas taxas de desemprego e no aumento da pobreza da população em geral e particularmente nas comunidades tradicionais que tinham como atividade e fonte de renda a exploração e transformação do Ouro. Além disto a degradação ambiental causada pela intensificação da mineração, afetará diretamente a população aumentando a pobreza e escassez de alimentos. Certamente, isto tudo contribuiu bastante para o aumento da exploração ilegal de minério e principalmente do Ouro.

Muitos anos depois, a economia do Gana ainda permanece fortemente dependente das exportações de ouro. De acordo com o Produto Interno Bruto Anual de 2017 pelo *Serviço Estatístico do Gana (GSS)*, a mineração de ouro contribui substancialmente para o PIB do Gana. O sector mineiro, dominado pela produção de ouro, contribui com cerca de 7% para o PIB do país. Isto indica o papel crítico do sector no quadro econômico geral do país. Esta dependência de uma única mercadoria tornou o país vulnerável às flutuações nos preços globais do ouro e dificultou a diversificação da economia (ARYEE 2001, p 61-75). A Teoria da Maldição dos Recursos sugere que, em vez de promover crescimento econômico, a abundância de recursos naturais, como o ouro em Gana, pode gerar efeitos econômicos, sociais e políticos adversos. Esse fenômeno tem sido observado em vários países ricos em recursos, onde a riqueza mineral paradoxalmente resulta em pobreza e subdesenvolvimento.

No caso de Gana, o ouro tem sido um recurso central desde os tempos coloniais, mas essa dependência intensificou os desafios de governança e desenvolvimento econômico. Quando os preços do ouro estão altos, há um influxo de riqueza que tende a ser mal distribuído, concentrado em elites políticas e econômicas, enquanto a maior parte da população continua marginalizada. Quando o preço cai, a economia enfrenta crises severas de receitas, demonstrando a vulnerabilidade de depender de uma única commodity para o crescimento econômico sustentável (Auty, 1993).

A mineração ilegal de ouro agrava a situação ao operar fora do controle do governo, sem contribuir para o pagamento de impostos ou royalties. Isso significa que o Estado perde receitas importantes que poderiam ser investidas em infraestrutura, educação ou diversificação econômica. Além disso, o galamsey tem causado uma degradação ambiental severa, como o desmatamento e a contaminação de rios com mercúrio, o que prejudica diretamente a agricultura e a pesca, setores essenciais para as comunidades locais. O impacto ambiental da mineração ilegal reforça o círculo

vicioso da "maldição dos recursos", onde os ganhos de curto prazo da extração de ouro resultam em perdas econômicas e sociais de longo prazo (Hilson, 2002).

Adicionalmente, a **Teoria da Maldição dos Recursos** aponta para a corrosão das instituições políticas em países ricos em recursos naturais. Em Gana, a mineração ilegal também está ligada à corrupção e à impunidade, com mineiros ilegais frequentemente subornando autoridades para continuar suas operações. Isso enfraquece o estado de direito e impede a implementação de regulamentações efetivas para proteger os recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável (Ross, 1999).

Por fim, a dependência do ouro desincentiva a diversificação econômica em Gana. Em vez de desenvolver setores como a agricultura, tecnologia ou manufatura, o país continua focado na extração de ouro, o que o deixa exposto a choques nos preços globais e mantém a economia dependente de um setor altamente volátil. O resultado é uma economia que, apesar de rica em recursos, permanece subdesenvolvida e vulnerável (Gary & Karl, 2003).

De acordo com a *Câmara de Minas do Gana em 2022*, as exportações de ouro representaram mais de 40% do total das exportações do país. Está elevada percentagem realça a dependência do país do ouro como principal fonte de receitas em divisas. Segundo dados publicados pelo *World Gold Council* em 2023, Gana é um dos dez maiores produtores de ouro do mundo e ocupa a posição de liderança na África. A mineração ilegal de ouro no Gana, tem sido um problema persistente, agravado pelo envolvimento de cidadãos estrangeiros, especialmente da China. O afluxo de mineiros chineses para o Gana começou em meados da década de 2000 e levou a numerosos problemas ambientais, económicos e sociais.

2. IMPACTOS DA MINERAÇÃO ILLEGAL DE OURO NO GANA

Todos os anos, entre 321 toneladas e 474 toneladas de ouro proveniente da mineração artesanal e em pequena escala (MAPE) não são declaradas para produção em África (o que corresponde a um valor entre 23,7 e 35 mil milhões de dólares ao preço do ouro em 1 de maio, 2024). Em 2022, isto representou entre 72% e 80% da produção total de ouro da MAPE ou entre 32% e 41% da produção total de ouro (MAPE e industrial ou semi-industrial) do continente africano (Schulz, 2024, p. 3).

Os dados acima ilustram bem a gravidade e a complexidade da exploração ilegal de ouro no continente africano, sendo que estes dados são somente uma pequena amostra da realidade do continente. Segundo esta mesma fonte, doze países africanos estão envolvidos no contrabando de mais de 20 toneladas de ouro por ano, sendo que o contrabando de ouro mais significativo diz respeito ao Mali, ao Gana e ao Zimbabué (Schulz, 2024). A mineração ilegal de ouro em Gana, envolve atividades de mineração não autorizadas conduzidas fora da estrutura regulatória formal do governo. A mineração ilegal de ouro ocorre sem se preocupar com as normas, regulamentações, autorizações ou licenças oficiais do governo. Além disso, essas operações geralmente ignoram regulamentações ambientais e leis de uso da terra (HILSON 2006 p 53- 70). Os principais atores envolvidos no Galamsey, em Gana, incluem uma gama diversificada de indivíduos e grupos, como mineradores artesanais locais, estrangeiros, sindicatos e até mesmo funcionários locais e regionais corruptos. Cada um desempenhando um papel distinto na operação e perpetuação dessas atividades. Os mineradores artesanais locais são frequentemente os atores mais visíveis nas atividades de mineração ilegal. Eles normalmente operam individualmente ou em pequenos grupos, usando ferramentas básicas como pás, picaretas e panelas. Muitos desses mineradores são indivíduos empobrecidos que recorrem à mineração ilegal como meio de subsistência na ausência de oportunidades formais de emprego. O trabalho é fisicamente exigente e frequentemente conduzido em condições inseguras, mas fornece uma fonte de renda para esses indivíduos e suas famílias.

Estrangeiros estão cada vez mais envolvidos na mineração ilegal em Gana, frequentemente trazendo equipamentos e tecnologia avançados. Esses atores estrangeiros podem fazer parcerias com mineradores ou sindicatos locais para explorar recursos de ouro. Investidores estrangeiros também podem fornecer capital e conhecimento técnico, tornando suas operações mais eficientes e difíceis de serem desmanteladas. Indivíduos e empresas chinesas estão entre os participantes estrangeiros mais proeminentes na mineração ilegal de ouro em larga escala em Gana. Eles frequentemente investem em operações de mineração, fornecem maquinário avançado e estabelecem locais de mineração (CRAYFORD & BOTCHWEY 2016).

2.1 IMPACTOS AMBIENTAIS DE MINERAÇÃO ILLEGAL

As operações ilegais de mineração geralmente envolvem a limpeza de grandes extensões de terras florestais para acessar reservas de ouro. Esse desmatamento leva à perda de árvores e vegetação, interrompendo ecossistemas e habitats locais. Segundo o Relatório Anual da Comissão Florestal de Gana em 2020, o aumento de delitos florestais como mineração ilegal foi listado como um dos desafios enfrentados pela comissão. Imagens de satélite e estudos de campo documentaram desmatamento extensivo em regiões de mineração, como as regiões Ocidental, Ashanti e Oriental de Gana. Conforme este relatório, entre 2002 e 2023, Gana perdeu 143.000 hectares de floresta primária úmida, o que constitui 8,9% de sua perda total de cobertura florestal no mesmo período, o que levou a uma redução de 13% na área de floresta primária úmida do país.

De 2001 a 2023, Gana sofreu uma perda de 1,64 milhão de hectares de cobertura florestal, representando uma redução de 24% desde 2000, resultando em 920 milhões de toneladas métricas de emissões de CO₂. Notavelmente, 3,4% dessa perda de cobertura arbórea foi atribuída ao desmatamento. A Região Ocidental foi a mais afetada, respondendo por 574.000 hectares de perda de cobertura arbórea, significativamente maior do que a média nacional de 164.000 hectares. As duas principais regiões, a ocidental e Ashanti, foram responsáveis por 58% da perda total de cobertura arbórea no país durante esse período (Vigilância Global das Florestas, 2023). As duas principais regiões em Gana onde a mineração ilegal de ouro é mais presente são a Região Ocidental e a Região Ashanti. Essas áreas têm extensos depósitos de ouro e se tornaram pontos críticos para atividades ilegais de mineração (Câmara de Minas de Gana, 2024)

A alteração e destruição de habitats naturais devido à mineração ilegal leva ao aumento de conflitos entre humanos e animais selvagens e à perda de biodiversidade. A Unidade de Resposta Rápida da Comissão Florestal em Gana tem trabalhado ativamente para combater a mineração ilegal de ouro em reservas florestais. De acordo com um artigo publicado pela Comissão Florestal em dezembro de 2023, eles prenderam oito indivíduos por mineração ilegal na Reserva Florestal Krokosua Hills no Distrito Florestal Juaboso da Região Oeste Norte. O grupo incluía quatro chineses e quatro ganeses. Também houve incidentes em que membros da equipe da Unidade de Resposta Rápida foram baleados ou feridos ao tentar impedir atividades ilegais de mineração (Comissão Florestal, 2023).

De acordo com um artigo publicado em 2023 pela Pesquisa conduzida pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) de Gana houve contaminação significativa de peixes e corpos d'água com mercúrio devido ao seu uso por mineradores ilegais de ouro para refinar ouro. O Dr. Jackson Adiyiah Nyantakyi, Diretor Regional Ashanti da EPA em 2023, destacou que a contaminação por mercúrio representa um grave risco à saúde pública. Em uma entrevista com a Ghana News Agency (GNA) em Sunyani naquele ano, o Dr. Nyantakyi explicou que o mercúrio, um produto químico

altamente tóxico, é prejudicial à saúde humana. Ele ressaltou que sintomas como erupções cutâneas anormais, descoloração corporal, pele áspera e outros defeitos em bebês são indicativos de absorção de mercúrio. A presença de mercúrio em muitos corpos d'água resultou no envenenamento de inúmeras espécies de peixes, levantando preocupações sobre os riscos potenciais à saúde para os ganeses que consomem peixe e 'kenkey', que é um prato típico ganês (Ghana News Agency, 2023).

De acordo com a Agência de Proteção Ambiental de Gana (EPA), os mineradores ilegais às vezes desviam rios e córregos para acessar depósitos de ouro e essa alteração dos cursos naturais de água interrompe o fluxo de água, afetando ecossistemas que dependem de níveis e fluxos de água estáveis. A remoção da vegetação e a alteração dos cursos de água interrompem o ciclo natural da água, levando ao aumento do escoamento e à redução da recarga das águas subterrâneas, o que agrava as inundações, que também são um problema muito grande enfrentado pelas comunidades durante as estações chuvosas. As atividades ilegais de mineração geralmente envolvem a criação de poços abertos e escavações extensas. Esses poços podem ser abandonados, criando paisagens perigosas e apresentando riscos de deslizamentos de terra e acidentes. As operações de mineração geram quantidades significativas de poeira, o que pode afetar a qualidade do ar. O maquinário usado na mineração ilegal também pode emitir poluentes que contribuem para a poluição do ar. A má qualidade do ar devido à poeira e às emissões da mineração pode ter efeitos adversos à saúde das comunidades locais, incluindo problemas respiratórios e outros problemas de saúde.

2. 2. IMPACTOS ECONÔMICOS DE MINERAÇÃO ILLEGAL

A mineração ilegal de ouro teve impactos econômicos negativos significativos em Gana, afetando especificamente vários setores da economia e dificultando o desenvolvimento geral do país. Um dos impactos econômicos mais diretos é a perda de receita governamental. Os mineradores ilegais operam fora do marco regulatório, o que significa que eles não pagam impostos, royalties ou outras taxas associadas às operações de mineração legal. Isso resulta em perdas substanciais de receita para o governo ganês, o que afeta diretamente a capacidade do país de financiar serviços essenciais, como saúde, educação e desenvolvimento de infraestrutura. O setor de mineração formal, que é fortemente regulamentado, também sofre, pois, as operações ilegais minam sua lucratividade ao saturar o mercado com ouro extraído de forma não regulamentada (KELLY 2023). Além disso, a mineração ilegal tem um efeito prejudicial no setor agrícola de Gana, particularmente na produção de cacau, que é um importante contribuinte para a economia nacional. Essa conversão reduz a terra disponível para a agricultura, levando a uma queda na produção de cacau, o que afeta as receitas de exportação. A perda de terras agrícolas e a contaminação dos corpos hídricos devido ao uso de produtos químicos tóxicos, como mercúrio e cianeto, nas operações de mineração também degradam o solo, tornando-o menos fértil e diminuindo ainda mais a produção agrícola (OKINE 2023).

Outra consequência econômica é o aumento dos custos de remediação ambiental, pois, a degradação ambiental causada pela mineração ilegal — como desmatamento, poluição da água e erosão do solo — requer recursos financeiros significativos para ser enfrentada. O governo de Gana e as comunidades locais estão sobrecarregados com os custos de restauração de terras degradadas e combate aos impactos na saúde decorrentes da exposição a produtos químicos tóxicos. Esse desvio de fundos para mitigar os danos ambientais causados pela mineração ilegal coloca uma pressão adicional sobre os recursos financeiros já limitados do país (OKINE 2023). O influxo de mineradores ilegais nas comunidades frequentemente leva a um aumento da criminalidade, incluindo violência, abuso de drogas e prostituição. Essa desestabilização social enfraquece ainda mais o tecido econômico dessas comunidades, levando à redução da produtividade e ao aumento dos custos sociais (KELLY 2023). Em resumo, os impactos econômicos da mineração ilegal de ouro em Gana são profundos. Desde perdas significativas de receita governamental e produção agrícola até os altos custos de remediação ambiental e instabilidade social, as consequências dessa atividade ilícita continuam a minar o crescimento e o desenvolvimento econômico do país. Abordar esses desafios requer uma aplicação robusta da regulamentação, práticas de mineração sustentáveis e diversificação econômica para reduzir a dependência da mineração de ouro como atividade econômica primária.

A mineração ilegal de ouro pode apresentar vários impactos econômicos em Gana que, à primeira vista, podem parecer positivos, mas que, em última análise, são prejudiciais à economia do país. Um impacto aparentemente positivo é a geração de emprego, já que as operações de mineração ilegal fornecem trabalho para muitas pessoas em áreas rurais onde as oportunidades de emprego formal são limitadas. Esse aumento de empregos pode parecer benéfico, pois ajuda a aliviar a pobreza nessas comunidades, oferecendo uma renda imediata para indivíduos que, de outra forma, teriam dificuldades para sobreviver. No entanto, esses "empregos" têm um custo significativo. Os empregos criados pela mineração ilegal são tipicamente mal remunerados, perigosos e carecem de qualquer forma de proteção social, como seguro de saúde ou direitos trabalhistas. A degradação ambiental causada por essas atividades — como desmatamento, poluição de corpos d'água e erosão do solo — impacta negativamente a agricultura e outras formas sustentáveis de emprego. Assim, embora a mineração ilegal possa parecer gerar empregos a curto prazo, ela compromete a estabilidade econômica a longo prazo ao degradar os recursos naturais dos quais muitas comunidades dependem para seus meios de subsistência (AKPALU 2020).

Outro exemplo é a contribuição da mineração ilegal para a produção de ouro em Gana. O aumento da produção de ouro devido a atividades ilegais pode dar a impressão de crescimento econômico, já que mais ouro está disponível para exportação, potencialmente aumentando a receita nacional. No entanto, essa contribuição é problemática por várias razões. Os mineradores ilegais não pagam impostos, royalties ou outras taxas que as operações legais são obrigadas a contribuir, levando a perdas substanciais de receita para o governo. Essa produção não regulamentada também significa

que o mercado de ouro é inundado com ouro de origem ilegal, o que pode reduzir os preços globais e diminuir a rentabilidade das operações de mineração legítimas. Além disso, a destruição ambiental causada pela mineração ilegal resulta em custos econômicos de longo prazo, como a perda de terras agrícolas e a necessidade de cara remediação ambiental, que superam em muito os ganhos de curto prazo com o aumento da produção de ouro (SUGLO & EFFAH & ACHEAMPONG & SUNKARI & YEBOAH 2021).

Embora a mineração ilegal de ouro em Gana possa parecer oferecer alguns benefícios econômicos, como a criação de empregos e o aumento da produção de ouro, esses são superficiais e, em última análise, prejudiciais à saúde econômica de longo prazo do país. Os empregos são inseguros e insustentáveis, e o aumento da produção de ouro ocorre às custas de perdas significativas de receita e degradação ambiental, o que prejudica a economia de maneira mais ampla. Esses fatores ressaltam a importância de regulamentar as atividades de mineração para garantir que quaisquer benefícios econômicos sejam sustentáveis e contribuam positivamente para o desenvolvimento geral de Gana.

2.3. IMPACTOS SOCIAIS DE MINERAÇÃO ILLEGAL DE OURO

A mineração ilegal de ouro em Gana levou a impactos sociais severos que afetaram profundamente a sociedade ganense. Esses impactos vão além da degradação ambiental, perturbando profundamente o tecido social e a estabilidade econômica das comunidades afetadas. As operações de mineração ilegal deslocaram à força inúmeras comunidades indígenas e rurais de suas terras ancestrais. Esse deslocamento muitas vezes leva à violação dos direitos humanos fundamentais, já que essas comunidades são privados de suas casas, meios de subsistência e patrimônio cultural (HILSON 2002). O influxo de mineradores ilegais nessas áreas exacerbou as tensões, levando a conflitos sobre posse e uso da terra, o que desestabiliza ainda mais as comunidades locais (HILSON 2001). Além disso, o uso desenfreado de trabalho infantil nessas operações de mineração é uma grave preocupação. As crianças são frequentemente empregadas em condições perigosas, privadas de educação e expostas a riscos significativos à saúde, sendo privadas de sua infância e de suas perspectivas futuras (Observatório dos Direitos Humanos 2015). O *Galamsey* também causou um aumento na criminalidade e na instabilidade social. A presença de mineradores ilegais em várias regiões tem sido associada a um aumento nas atividades criminosas, incluindo roubos, assaltos à mão armada e abuso de drogas. Os mineradores, que frequentemente trabalham em condições duras e sem leis, contribuem para a desordem social. Esse aumento no comportamento criminoso não apenas coloca em perigo a segurança das comunidades locais, mas também sobrecarrega os recursos já limitados das forças de segurança locais (BOTCHWEY, G & CRAWFORD, G 2017). Além disso, os centros de mineração ilegal viram um aumento na

prostituição, muitas vezes levando à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, o que deteriora ainda mais a saúde pública e a estabilidade social (AKABZAA, T & DARIMANI, 2001).

O setor de mineração ilegal em Gana é amplamente conhecido pela exploração do trabalho infantil. Crianças são frequentemente envolvidas em atividades perigosas de mineração, onde são expostas a condições arriscadas, incluindo o manuseio de substâncias tóxicas como o mercúrio. Essa participação priva do acesso à educação e das experiências típicas da infância, restringindo significativamente suas perspectivas futuras. A exploração do trabalho infantil no galamsey não apenas perpetua o ciclo da pobreza, mas também constitui uma violação das leis de direitos da criança, tanto nacionais quanto internacionais (KELLY 2023).

Como já mencionado neste trabalho, a mineração ilegal mina o setor formal de mineração, levando a perdas substanciais de receita para o governo devido à evasão de impostos e royalties. Essa perda de receita impede que o governo forneça serviços públicos essenciais, como saúde, educação e desenvolvimento de infraestrutura, que são cruciais para o bem-estar social e o progresso econômico. A distribuição desigual da riqueza gerada pela mineração ilegal agrava a desigualdade social, já que os benefícios são muitas vezes concentrados em poucos, enquanto a comunidade mais ampla sofre as consequências negativas. Além disso, o uso de produtos químicos tóxicos, especialmente mercúrio e cianeto, na mineração ilegal representa um risco significativo à saúde pública. Esses produtos químicos contaminam fontes de água e solo, levando a problemas de saúde generalizados entre as populações locais. A exposição crônica a esses poluentes tem sido associada a problemas de saúde graves, incluindo condições respiratórias, cânceres e danos neurológicos, particularmente entre os mineiros e residentes próximos. A contaminação dos corpos d'água também afeta a população em geral, pois essas fontes de água são frequentemente usadas para beber, cozinhar e cultivar, representando uma ameaça a longo prazo à saúde comunitária. As atividades de mineração ilegal de ouro não apenas desorganizam a ordem social através de deslocamentos, crimes e violações de direitos humanos, mas também exacerbam a desigualdade econômica e os desafios de saúde pública. Abordar essas questões exige um esforço conjunto do governo, da sociedade civil e das organizações internacionais para fazer cumprir as regulamentações, fornecer meios de subsistência alternativos e promover práticas de mineração responsáveis (Citi Newsroom 2024).

2.4. ENVOLVIMENTO DOS CHINESES NA MINERAÇÃO ILLEGAL

As relações China-África registaram um enorme desenvolvimento nos últimos trinta anos. Certamente, a China não é uma recém-chegada ao “continente africano”, Mas a escala e a natureza das relações Sino-Africanas mudaram diametralmente desde o final da década de 1990. Segundo Cabestan (2013), esta expansão e está metamorfose foram sobretudo favorecidas pelo estabelecimento em Pequim de uma nova política africana destinada a servir tanto as suas próprias necessidades económicas crescentes como a sua ascensão ao poder no cenário mundial. Esta presença reforçada da china tem surtido efeitos positivos e negativos em países como Gana, foco deste trabalho.

2.4.1. RELAÇÃO DIPLOMÁTICA ENTRE CHINA E GANA

A relação diplomática entre Gana e China foi estabelecida pela primeira vez em julho de 1960, logo após Gana conquistar independência do domínio colonial britânico. Sob a liderança do primeiro presidente de Gana, Kwame Nkrumah, o país adotou uma política externa panafricanista e não alinhada, que ressoou com o apoio da China às nações africanas recém-independentes durante a Guerra Fria (AMPIAH 2007). A China, sob a liderança de Mao Zedong, buscou fortalecer os laços com a África como parte de sua estratégia mais ampla para construir alianças com nações em desenvolvimento e contrabalançar a influência ocidental. Gana, por sua vez, viu a China como um parceiro importante em sua busca por desenvolvimento econômico e autonomia política (ALDEN, 2007). Nos anos seguintes ao estabelecimento de relações diplomáticas, os dois países se envolveram em vários empreendimentos cooperativos, incluindo assistência técnica, intercâmbios culturais e colaboração econômica. A China forneceu suporte a Gana na forma de ajuda e conhecimento especializado em áreas como agricultura e infraestrutura. O relacionamento entre as duas nações se aprofundou desde então por meio de visitas contínuas de alto nível, incluindo líderes ganeses visitando Pequim e autoridades chinesas viajando para Accra, sinalizando um crescimento constante no alinhamento diplomático e político (BRAUTIGAM, 2009).

Nos últimos anos, Gana e China têm trabalhado em estreita colaboração em plataformas multilaterais como as Nações Unidas, onde frequentemente apoiam as posições um do outro em questões globais. Essa cooperação diplomática ajudou a solidificar seus laços bilaterais, mesmo que ambas as nações busquem seus respectivos objetivos políticos e econômicos (ALESSI, 2012). Gana acolheu o investimento e a assistência ao desenvolvimento da China como parte de seus esforços para industrializar e modernizar sua economia, enquanto a China vê Gana como uma porta de entrada para a África Ocidental e um parceiro estratégico em sua Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) global. O relacionamento econômico entre Gana e China se tornou um dos aspectos mais

importantes de seus laços bilaterais. Nas últimas duas décadas, a China emergiu como um dos maiores parceiros comerciais de Gana, com o comércio entre os dois países crescendo exponencialmente. As exportações chinesas para Gana incluem máquinas, eletrônicos, têxteis e produtos manufaturados, enquanto Gana exporta matérias-primas como ouro, cacau, madeira e petróleo para a China.

A balança comercial favoreceu a China, mas ambas as nações se beneficiam do aumento da atividade econômica. A influência da China na economia de Gana também é evidente em seu envolvimento no desenvolvimento de infraestrutura. Por meio de sua Iniciativa Cinturão e Rota, a China fez investimentos substanciais nos setores de transporte, energia e indústria de Gana. As construtoras chinesas são responsáveis pela construção de projetos de infraestrutura essenciais, incluindo estradas, pontes, portos e usinas de energia. Esses projetos visam aumentar a capacidade econômica e a conectividade de Gana, facilitando o comércio tanto nacional quanto internacionalmente. Por exemplo, a construção da Represa Bui, um grande projeto hidrelétrico, foi financiada e construída com assistência chinesa, representando um dos maiores investimentos em infraestrutura da história de Gana (ZHANG & ALON, 2010)

2.4.2. ENVOLVIMENTO DE ESTRANGEIROS EM GERAL

Após a independência, o setor de mineração de Gana continuou a crescer, com o governo legalizando a mineração em pequena escala em 1989. Nas últimas duas décadas, o setor de mineração ilegal viu um envolvimento significativo de estrangeiros (HILSON 2002). Além do envolvimento chinês, indivíduos de outros países africanos, incluindo Nigéria, Burkina Faso e Costa do Marfim, também foram implicados em atividades de mineração ilegal. Esses mineiros são atraídos para Gana devido às suas ricas reservas de ouro e à relativa facilidade com que operações ilegais podem ser estabelecidas em áreas remotas onde a supervisão do governo é limitada (TSUMA 2010). O envolvimento de países africanos vizinhos na mineração ilegal em Gana é um aspecto significativo, mas menos discutido, da questão mais ampla. Enquanto os mineiros chineses dominam a conversa devido à sua contribuição tecnológica, indivíduos de outros países africanos, como Nigéria, Burkina Faso e Costa do Marfim, também se tornaram cada vez mais ativos em operações de mineração ilegal em Gana (TSCHAKERT, 2009). Muitos desses indivíduos vêm de países que enfrentam instabilidade política, dificuldades econômicas ou desafios ambientais, o que os leva a buscar meios de subsistência na vizinha Gana. Cidadãos burquinenses, por exemplo, foram implicados em atividades de galamsey ao longo das fronteiras norte e oeste de Gana (NYAME & BLOCHER, 2010). Seu envolvimento pode ser rastreado até o início dos anos 2000, coincidindo com um boom na mineração ilegal nessas regiões. Da mesma forma, indivíduos da Costa do Marfim têm sido ativos em áreas de mineração, especialmente no oeste de Gana, onde o

movimento transfronteiriço é mais fácil devido aos laços étnicos compartilhados e fronteiras porosas (OBENG-DOOM, 2004).

O envolvimento de cidadãos africanos na mineração ilegal em Gana é um aspecto significativo, mas menos divulgado, do problema mais amplo da galamsey. Embora esses mineiros contribuam para os desafios ambientais e sociais enfrentados pelo país, suas atividades são geralmente menores em escala e menos visíveis do que as dos mineiros chineses (TSCHAKERT, 2009). Os mineiros chineses introduziram tecnologias e maquinário de mineração avançados, incluindo escavadeiras e outros equipamentos pesados, que permitiram operações de mineração mais intensivas. Isso aumentou significativamente os danos ambientais causados pela galamsey, particularmente em áreas rurais onde a fiscalização é fraca. A destruição de grandes faixas de floresta e a poluição de grandes corpos d'água, como os rios Para e Ankobra, ocorreram rapidamente sob operações apoiadas pela China. Em contraste, mineiros de países africanos como Burkina Faso e Costa do Marfim normalmente usam métodos mais tradicionais de mineração. Suas operações tendem a ser menores em escala, contando com trabalho manual em vez de maquinário. Embora ainda prejudiciais ao meio ambiente, essas operações de menor escala não causam o mesmo nível de destruição imediata e visível que a mineração movida a maquinário pesado. Consequentemente, o impacto dos mineiros africanos é muitas vezes menos perceptível, fazendo com que seu envolvimento seja menos um ponto focal da mídia (TSCHAKERT, 2009).

2.4.3. CHINESES NA MINERAÇÃO ILLEGAL

O influxo de mineradores chineses no setor de mineração ilegal de ouro de Gana pode ser rastreado até os anos 2000, principalmente por volta de 2005-2006, impulsionado por uma combinação de fatores, incluindo o aumento global nos preços do ouro e as condições econômicas na China que levaram muitos indivíduos a buscarem oportunidades no exterior (AIDOO 2019). Durante esse período, os preços do ouro no mercado global estavam disparando, tornando a mineração de ouro um empreendimento extremamente lucrativo. Gana se tornou um destino atraente para mineiros de pequena escala da China, principalmente aqueles da província de Guangxi. No Condado de Shanglin, parte desta província, a mineração de ouro em pequena escala tem sido uma ocupação tradicional durante gerações, e as competências adquiridas foram facilmente transferíveis para os ricos depósitos de ouro no Gana (CRAWFORD & BOTCHWEY 2017).

Os mineiros chineses em Gana, geralmente conhecidos como a "gangue Shanglin", são predominantemente originários do Condado de Shanglin em Guangxi. Suas motivações para se mudar para Gana são variadas. Enquanto fontes da mídia chinesa, como o 21st Century Business Herald, de Guangzhou, sugerem que os mineradores de Shanglin vão para Gana em busca de

fortuna, alguns moradores de Shanglin culpam o governo chinês por encorajar a corrida do ouro ganeses (LEVIN 2013). Em 2013, um crescimento significativo no número de mineiros chineses desencadeou uma cobertura hostil persistente da mídia sobre os conflitos entre mineradores chineses e comunidades locais. Naquele ano, a BBC relatou a escala das atividades ilegais de mineração de ouro que provocaram tensões nacionais. Isso levou a uma forte oposição e ressentimento do público ganense em relação aos mineiros chineses.

Em resposta, o governo de Gana formou uma força interministerial para reprimir os mineiros estrangeiros ilegais. De acordo com as autoridades de imigração, a força-tarefa de estilo militar deportou 4.592 cidadãos chineses até meados de julho de 2013. Apesar de seus esforços, a força-tarefa não conseguiu deter e acabar com as atividades ilegais de mineração completamente (ZOR 2013). Mas uma mudança de governo em janeiro de 2017 deu início a uma campanha anti-mineração ilegal mais vocal, defendida por uma coalizão de mídia e apoiada por vários grupos da sociedade civil e religiosos. Uma segunda força-tarefa interministerial foi formada com o mandato de impor uma proibição à mineração ilegal em pequena escala. Até agosto de 2018, a força-tarefa aprendeu mais de 1.370 mineiros, incluindo 247 cidadãos chineses. Desde então, a mídia relatou mais prisões intermitentes de mineiros chineses ilegais (AWIAH 2017).

Essas ações trouxeram dilemas diplomáticos para Gana. Por exemplo, a prisão e detenção de vários mineiros chineses, bem como uma repressão policial que resultou na morte de um mineiro chinês de 16 anos em outubro de 2012, levaram o governo chinês a expressar preocupação com as ações de Gana. Em uma tentativa de aliviar as tensões diplomáticas, reuniões foram realizadas em 2013 entre o governo de Gana e a China. Os dois países resolveram estabelecer um comitê de trabalho de alto nível para examinar o problema e elaborar um roteiro para enfrentá-lo (Ghana Web 2013). O governo de Gana reiterou seu compromisso em garantir laços sólidos com a China, ao mesmo tempo em que tranquilizava os investidores chineses de que Gana continua interessada em incentivar a cooperação econômica. O governo posteriormente alertou contra a criação de uma disputa diplomática inexistente entre Gana e China após a campanha contra a mineração ilegal.

A resposta comedida demonstra os esforços de Gana para proteger seu relacionamento bilateral com a China — um país que se tornou o maior investidor estrangeiro e parceiro comercial de Gana (Ghana Business News 2019). Esta não foi a primeira vez que Gana enfrentou um dilema como este. Em 2013, o governo de Gana expressou preocupação com medidas retaliatórias da China após uma série de deportações de mineiros chineses ilegais. As preocupações surgiram de relatos de endurecimento das regras de visto chinês para ganenses, bem como das dificuldades de Gana em acessar uma linha de crédito de US\$ 3 bilhões concedida pelo Banco de Desenvolvimento da China (HIRSCH 2013).

Da mesma forma, em 2018, Gana deportou uma mulher chinesa e seus associados por se envolverem em mineração ilegal. Um ministro do governo em abril de 2019 sugeriu que a decisão

de evitar o processo e, em vez disso, deportar a mulher e seus cúmplices nasceu do medo do governo de colocar em risco o relacionamento China-Gana em um momento em que bilhões de dólares em acordos estavam pendentes entre os dois países. Uma reação política forçou o presidente de Gana a admitir em setembro de 2019 que a decisão de não processar foi um erro por parte do governo (Ghana Web 2019). Gana enfrenta muitas dificuldades em manter boas relações com a China ao lidar com a delicada questão doméstica da mineração ilegal. Tanto nos discursos públicos quanto na mídia, a convicção é que o processo contra estrangeiros não apenas impedirá que estrangeiros pratiquem mineração ilegal, mas também enviará uma mensagem clara do comprometimento do governo em lutar contra a prática e seu impacto associado no meio ambiente e nas vidas humanas.

Vários fatores contribuíram para essa mudança de interesse repentino de cidadãos chineses na mineração ilegal de ouro em Gana. A crise econômica na China, particularmente em áreas rurais como Shanglin, empurrou muitos trabalhadores para o exterior em busca de melhores oportunidades. Gana, com suas vastas reservas de ouro e aplicação relativamente frouxa das leis de mineração na época, tornou-se um destino atraente (CRAWFORD & BOTCHWEY 2017). O segundo fator são as parcerias locais que os chineses fazem com algumas pessoas locais, o que facilita essas atividades ilegais. Muitos mineiros chineses entraram em Gana legalmente como parte de empreendimentos formais de mineração de pequena escala. No entanto, eles logo descobriram que poderiam obter lucros maiores por meio de operações ilegais. Alguns fizeram parcerias com chefes locais e operadores de *galamsey*, oferecendo tecnologia avançada e capital em troca de uma parte dos lucros. Essas parcerias permitiram que as atividades ilegais de mineração aumentassem drasticamente, com os mineiros chineses introduzindo máquinas sofisticadas como escavadeiras e dragas (GAVIN 2010).

O último é, claro, a fraca aplicação de regulamentações em torno da mineração ilegal de ouro em Gana. A Lei de Minerais e Mineração de Gana (2006) restringiu a mineração de pequena escala aos ganeses, mas a aplicação era fraca, e muitos cidadãos chineses conseguiram explorar brechas ou subornar autoridades locais para operar sem repercussões. Devido a regulamentações restritivas que impediam estrangeiros de se envolverem em mineração de pequena escala, muitos mineiros chineses começaram a operar ilegalmente, muitas vezes em colaboração com ganeses locais que forneciam acesso a terras e licenças. Esta colaboração permitiu que os mineiros chineses contornassem as restrições legais e se envolvessem em "*galamsey*" (CRAWFORD & BOTCHWEY). O período entre 2008 e 2013 marcou uma expansão significativa do envolvimento chinês na mineração ilegal em Gana. Nessa época, estima-se que 50.000 cidadãos chineses tenham migrado para Gana, com muitos envolvidos em atividades de *galamsey*. Esse período viu uma mudança marcante na natureza da mineração em pequena escala em Gana, à medida que os mineiros chineses introduziram máquinas e tecnologias mais avançadas, incluindo escavadeiras,

tratores e outros equipamentos pesados, que substituíram as ferramentas rudimentares tradicionalmente usadas pelos mineiros ganenses (BOTCHWEY, CRAWFORD, LOUBERE & LU 2018).

A contribuição mais significativa dos mineiros chineses para o setor de *galamsey* de Gana foi a introdução de capital e tecnologia. Antes de seu envolvimento, o *galamsey* era principalmente uma operação manual, com trabalhadores usando ferramentas rudimentares, como picaretas e pás. Os mineiros chineses introduziram máquinas pesadas, como tratores e escavadeiras, permitindo que extraíssem ouro de forma mais eficiente e em maior escala (HILSON 2016). Essa mecanização aumentou significativamente a produção de ouro no setor ilegal, mas também levou a uma grave manipulação ambiental. A capacidade dos mineiros chineses de financiar o maquinário caro deu a eles uma vantagem competitiva sobre os operadores locais de *Galamsey*, consolidando ainda mais sua presença no setor.

As consequências ambientais do envolvimento chinês na mineração ilegal em Gana têm sido terríveis. Desmatamento em larga escala, poluição de corpos d'água e destruição de terras aráveis foram relatados em muitas das áreas onde os mineiros chineses operam. Rios como Pra, Ankobra e Offin, que são fontes críticas de água para comunidades locais, foram fortemente poluídos com mercúrio e outros produtos químicos usados em processos de extração de ouro. Isso representou riscos significativos à saúde das populações locais, incluindo aumento de casos de doenças transmitidas pela água e envenenamento por metais pesados.

Além da degradação ambiental, o envolvimento chinês em *galamsey* teve profundas implicações sociais. As tensões entre mineiros chineses e comunidades locais aumentaram ao longo do tempo, com relatos de violência e exploração. Os ganenses que trabalham em minas ilegais são frequentemente submetidos a más condições de trabalho, com pouca consideração pelos padrões de saúde e segurança.

CONCLUSÃO

A mineração ilegal de ouro em Gana, apresenta desafios multifacetados que não são apenas ambientais, mas também socioeconômicos e diplomáticos. Ao longo dos anos, os ricos depósitos de ouro de Gana atraíram atores locais e estrangeiros, com cidadãos chineses desempenhando um papel significativo nas recentes atividades ilegais de mineração. Este estudo demonstrou que, embora o fascínio econômico da mineração de ouro ofereça benefícios de curto prazo, as consequências de longo prazo — principalmente de atividades não regulamentadas — são devastadoras para o meio ambiente, a economia e o tecido social do país.

Ambientalmente, as operações de galamsey levaram à degradação severa, incluindo desmatamento, poluição de rios e perda de terras aráveis, representando riscos significativos para a saúde pública e a agricultura sustentável. Socialmente, o influxo de mineiros estrangeiros, especialmente da China, exacerbou as tensões com as comunidades locais, resultando em violência, exploração e uma ruptura da ordem socioeconômica. Essa colaboração entre ganeses locais e mineiros chineses contornou as regulamentações legais de mineração, complicando ainda mais os esforços do governo para aplicar as leis de mineração. De uma perspectiva diplomática, o envolvimento de cidadãos chineses colocou uma pressão nas relações Gana-China, criando uma dinâmica complexa onde os interesses econômicos — particularmente os investimentos chineses em infraestrutura — competem com a necessidade de Gana de proteger seus recursos naturais e manter o estado de direito.

O estudo revelou ainda que, apesar dos esforços do governo ganês para combater a mineração ilegal, a fiscalização continua sendo um desafio significativo devido à natureza profundamente enraizada da galamsey e seus incentivos econômicos. O papel do capital estrangeiro e da tecnologia na ampliação da escala da mineração ilegal ressalta a necessidade de estruturas regulatórias mais fortes, fiscalização mais eficaz e cooperação internacional.

Em conclusão, percebe-se que abordar a crise da galamsey requer uma abordagem multifacetada, combinando políticas regulatórias rigorosas, colaboração internacional e alternativas econômicas sustentáveis para as comunidades envolvidas. Somente por meio desses esforços Gana pode proteger seu meio ambiente, proteger o bem-estar de seus cidadãos e manter relações produtivas com nações estrangeiras, incluindo a China. Esta pesquisa ressalta a importância de equilibrar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a necessidade de governança justa no setor de mineração.

Bibliografia

- Aidoo, R. (s.d.). China's Role in Illegal Mining in Ghana: Implications for Bilateral Relations. *African Review of Economics and Finance*, 11(2), 85-110.
- Akabzaa, T. (2000). *Boom and Dislocation: The Environmental and Social Impacts of Mining in the Wasswa West District of Ghana*. Third World Network-Africa.
- Akabzaa, T., & Darimani, T. (s.d.). Impact of mining sector investment in Ghana: A study of the Tarkwa mining region. *Third World Network*.
- Akpalu, W. (s.d.). Cost Benefit Analysis of Cooperatives to Mitigate Artisanal Small- Scale Gold Mining Externalities in Ghana. *Copenhagen Consensus*. Acesso em 22 de Agosto de 2024, disponível em https://copenhagenconsensus.com/sites/default/files/gp_a4_illegal_mining.pdf
- Al-Bakri, M. i. (1913). *Kitab al-Masalik wal-Mamalik (Book of Routes and Realms)*. Leidin. Acesso em 26 de Julho de 2024
- Alden, Z. (2007). China in Africa. *Zed Books*.
- Alessi, C. (2012). China In Africa. *Council on Foreign Relations*.
- Ameyaw, E. (28 de Fevereiro de 2023). Gold Rush: Illegal mining fuelled by Chinese Nationals in Ghana. *The Climate Insight*.
- Ampiah, K. (2007). The Political and Moral Imperatives of the Bandung Conference of 1955: The Reactions of the US, UK and Japan. *Global Oriental*.
- Aryee, B. N. (Junho de 2001). Ghana's mining sector: its contribution to the national economy. *Resources Policy*, 27(2), 61-75. Acesso em 15 de Julho de 2024, disponível em [https://doi.org/10.1016/S0301-4207\(00\)00042-8](https://doi.org/10.1016/S0301-4207(00)00042-8)
- Aryee, B. N. (Junho de 2001). Ghana's mining sector: Its contribution to the national economy. *Resources Policy*, 27(2). Acesso em 26 de Julho de 2024, disponível em https://www.researchgate.net/publication/223269591_Ghana%27s_mining_sector_Its_contribution_to_the_national_economy
- Austin, G. (2010). *African Economic Development and Colonial Legacies*. Routledge. Acesso em 26 de Julho de 2024
- Auty, R. M. (1993). *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*. Routledge. Acesso em 26 de julho de 2024, disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25054077>
- nched to wipe out galamsey. *Graphic Online*. Acesso em 21 de September de 2024, disponível em <https://www.graphic.com.gh/news/general-news/operation-vanguard-launched-to-wipe-out-galamsey.html>
- Botchwey, G., & Crawford, G. (s.d.). Illegal mining and social instability in Ghana: Causes, effects, and governance responses. *Journal of International Development*, 29(6), 835-849.
- Botchwey, G., Crawford, G., Loubere, N., & Lu, J. (11 de Outubro de 2018). South-South Irregular Migration: The Impacts of China's Informal Gold Rush in Ghana. *International Migration*, 57(4), 310. Acesso em 21 de Setembro de 2024, disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/imig.12518>
- Cabestan, J.-P. (outubro-dez de 2013). Les relations Chine-Afrique : nouvelles responsabilités et nouveaux défis d'une puissance mondiale en devenir. *Herodote*, pp. 150-171.
- Campbell, B. (Ed.). (2004). Regulating Mining in Africa: For Whose Benefit? *Nordic Africa Institute*(26), 90-105. Acesso em 15 de Julho de 2024
- China is biggest foreign investor to Ghana – Chinese Ambassador. (28 de September de 2019). *Ghana Business News*. Acesso em 21 de September de 2024, disponível em

<https://www.ghanabusinessnews.com/2019/09/28/china-is-biggest-foreign-investor-to-ghana-chinese-ambassador/>

- COSTA, R. d. (2009). *A expansão árabe na África e os Impérios Negros de Gana, Mali e Songai (sécs. VII-XVI)*. In *História Afro-brasileira*. São Paulo: Unopar.
- Crawford, G., & Botchwey, G. (2017). Foreign Involvement in Small-Scale Gold Mining in Ghana and Its Impact on Resource Fairness. *Environmental Policy and Governance*, 27(4), 333-346.
- Crayford, G., & Botchwey, G. (Janeiro de 2016). Foreign involvement in small-scale gold mining in Ghana and its impact on resource governance and the environment. *Environmental Policy and Governance*, 26(1), 65-78.
- Drumett, R. E. (1998). *El Dorado in West Africa: The Gold-Mining Frontier, African Labor, and Colonial Capitalism in the Gold Coast*. Ohio University Press.
- Galvin, H., & Maconachie, R. (Março de 2017). Formalising artisanal and small-scale mining: Insights, contestations and clarifications. *Area*, 49(4), 443-451.
- Gary, I., & Karl, T. L. (2003). *Bottom of the Barrel: Africa's Oil Boom and the Poor*. Catholic Relief Services. Acesso em 30 de Julho de 2024. Disponível em: https://cddrl.fsi.stanford.edu/publications/bottom_of_the_barrel_africas_oil_boom_and_the_poor
- Ghana arrests Chinese suspects in illegal mining crackdown. (s.d.). *BBC*. Acesso em 21 de September de 2024, disponível em <https://www.bbc.com/news/av/world-africa-21960772>
- Ghana Chamber of Mines. (2021). Performance of the Mining Industry in 2020. 28. Fonte: <https://ghanachamberofmines.org/wp-content/uploads/2021/09/2020-Mining-Industry-Statistics-and-Data.pdf>
- Ghana Forestry Commission. (2021). *Forestry Commission Annual Report 2020*. Acesso em 26 de Julho de 2024, disponível em <file:///C:/Users/Florencia%20Baiden/Downloads/2020-FC-ANNUAL-REPORT-FINAL.pdf>
- Ghana Statistical Service. (Abril de 2018). Revised 2017 Annual GDP. *Ghana Statistical Service*. Acesso em 12 de Julho de 2024
- Ghana: Child Labor Taints Gold Supply Chain. (10 de Junho de 2015). *Human Rights Watch*. Acesso em 8 de 10 de 2024
- Hilson, G. (2002). The environmental impact of small-scale gold mining in Ghana: Identifying problems and possible solutions. *The Geographical Journal*, 168(1), 57-72. Acesso em 8 de 10 de 2024
- Hilson, G. (2005). Structural Adjustment in Ghana: Assessing the Impacts of Mining-Sector Reform. *Africa Today*, 51(2), 53-57. Acesso em 15 de Julho de 2024, disponível em <https://doi.org/10.1353/at.2005.0006>.
- Hilson, G. (2006). *The Socio-Economic Impacts of Artisanal and Small-Scale Mining in Developing Countries*. Taylor & Francis.
- Hilson, G. (s.d.). A contextual review of the Ghanaian small-scale mining industry. Mining, Minerals and Sustainable Development. *International Institute for Environment and Development*, 76.
- Hirsch, A. (15 de July de 2013). Ghana deports thousands in crackdown on illegal Chinese goldminers. *The Guardian*. Acesso em 21 de September de 2024, disponível em <https://www.theguardian.com/world/2013/jul/15/ghana-deports-chinese-goldminers>
- Irwin, G. (1971). Gold and Guns on the Gold Coast - Trade and Politics on the Gold Coast 1600–1720. A Study of the African Reaction to European Trade. *The Journal of African History*., 2(12), 330-331. Acesso em 15 de Julho de 2024, disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-african-history/article/abs/gold-and-guns-on-the-gold-coast-trade-and-politics-on-the-gold-coast-16001720-a-study-of-the-african-reaction-to-european-trade-by-kwame-yeboa-daaku-oxford-clarendon-press-1970->
- Kelly, M. A. (s.d.). Illegal Mining in Ghana: The Devastating destruction for Gold. *Modern Ghana*.

- Killick, T. (2010). *Development Economics in Action: A Study of Economic Policies in Ghana*. Routledge. Acesso em 26 de Julho de 2024
- Klein, M. (1986). *A Concise History of the Middle East*. Harper & Row. Acesso em 26 de Julho de 2024
- Levin, D. (29 de June de 2013). Ghana's Crackdown on Chinese Gold Miners Hits One Rural Area Hard (Published 2013). *The New York Times*. Acesso em 21 de September de 2024, disponível em <https://www.nytimes.com/2013/06/30/world/asia/ghanas-crackdown-on-chinese-gold-miners-hits-one-rural-area-hard.html>
- Levitzion, N. (1973). *Acient Ghana and Mail*. London, United Kingdom: Methuen. Acesso em Julho de 2024
- Levitzion, N., & Hopkins, J. (1981). *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*. Harvard University Press.
- Manning, P. (2009). *The African Diaspora: A History Through Culture*. Columbia University Press. Acesso em 26 de Julho de 2024
- Meredith, M. (2004). *The Fate of Africa: A History of the Continent Since Independence*. Public Affairs.
- Nyame, F., & Blocher, K. (2010). Influence of Land Tenure Practices on Artisanal Mining Activity in Ghana. *Resources Policy*, 35(1), 47-53.
- Obeng-Doom, F. (2014). Oiling the Urban Economy: Land, Labour, Capital, and the State in Sekondi-Takoradi, Ghana. *Routledge*.
- Okine, N. A. (18 de Setembro de 2023). The Impact Of Gold Mining In Ghana: A looming Enviromental Crisis. *Citi Newsroom*.
- Osafo Maafo justifies why galamsey Queen Aisha Huang was 'freed'. (17 de April de 2019). *Ghana Web*. Acesso em 21 de September de 2024, disponível em <https://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/NewsArchive/Osafo-Maafo-justifies-why-galamsey-Queen-Aisha-Huang-was-freed-739234>
- Ross, M. (1999). *The Political Economy of the Resource Curse*. *World Politics*, 51(2), 297-322. Acesso em 26 de Julho de 2024. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25054077>
- Schulz, M. U. (2024). *SUR LA PISTE DE L'OR AFRICAIN Quantifier la production et le commerce afin de lutter contre les flux illicite*. SWISSAID.
- Suglo, P., Effah, P., Acheampong, A. A., Sunkari, R., & Yeboah, A. (2021). Effects of Illegal Mining on the Environment, Economy, and Agricultural Productivity. *Science Publishing Group*, 6(4), 71-91. Acesso em 22 de Julho de 2024, disponível em <file:///C:/Users/tobho/Downloads/bmb.20210604.11.pdf>
- Sutton, A. (3 de Julho de 2015). The Seventeenth-century Slave Trade in the Documents of the English, Dutch, Swedish, Danish and Prussian Royal Slave Trading Companies. *lavery & Abolition*, 36(3), 445-459. Acesso em 15 de Julho de 2024
- Tschakert, P. (2009). Digging Deep for Justice: A Radical Re-Imagination of the Artisanal Gold Mining Sector in Ghana. *Antipode*, 41(4), 706-740.
- Tschakert, P., & Singha, K. (November de 2007). Contaminated identities: Mercury and marginalisation in Ghana's artisanal mining sector. *Geoforum*, 38(6), 1304-1321. Acesso em 15 de 7 de 2024, disponível em <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2007.05.002>
- Tsuma, W. (2010). *Gold Mining in Ghana: Actors, Alliances and Power*. *LIT Verlag Münster*.
- Zhang, Y., & Alon, I. (2010). *China's Economic Engagement in Africa: Opportunities and Challenges*. *Palgrave Macmillan*.
- Zor, E. (14 de Maio de 2013). Prez Mahama charges tax force to deal withgalamsey menace. *News Ghana*. Acesso em 21 de setembro de 2024, disponível em <https://newsghana.com.gh/prez-mahama-charges-task-force-to-deal-with-galamsey-menace/>

